



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 1.161, DE 2024

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir a representação do réu nas audiências de conciliação perante os juizados especiais cíveis.

**Autora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**Relatora:** Deputada DELEGADA KATARINA

## I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei cuja finalidade é determinar que não será decretada a revelia quando o réu que não comparecer à audiência de conciliação se fizer representar por advogado com poderes para transigir.

A autora da proposta aduz que

*O objetivo principal da proposição, na redação conferida por esta CCJC, é a inclusão de parágrafo único ao artigo 20 da Lei nº 9.099, de 1995, de forma a evitar a decretação da revelia quando o réu que não comparecer à audiência de conciliação se fizer representar por advogado com poderes para transigir.*

(...)

*A possibilidade de o advogado comparecer à audiência de conciliação, desde que munido de poderes para transigir, deverá, então, evitar grave desequilíbrio entre as partes, que poderão, afinal, no espírito dos juizados especiais, conciliar e firmar acordo que resulte na extinção do processo desde seu início.*

O projeto não possui apensos.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), está sujeita à apreciação





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

cc las Comissões (Art. 24 II, RICD) e tramita sob o regime ordinário (Art. 104, III, CF, RICD).

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

A **constitucionalidade formal** do projeto está observada, pois constitui competência privativa da União legislar sobre processo civil (art. 22, inciso I, da CF/88), a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da Carta Magna), é legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF) e adequada a elaboração de lei ordinária.

Os **requisitos materiais de constitucionalidade**, de igual modo, são atendidos pelo projeto. Verifica-se a adequação do conteúdo da proposição com os ditames substantivos enunciados na Carta magna e com os princípios dela derivados.

No que concerne à **juridicidade**, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* a matéria nele vertida *inova* no ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

A **técnica legislativa** está adequada, pois respeita os comandos da Lei Complementar nº 95/98, que, editada em respeito ao artigo 59, parágrafo único, da Carta Magna, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao **mérito**, a matéria deve prosperar.

Os Juizados Especiais são estruturas do Poder Judiciário, regidos pela Lei n.º 9.099/95, que desempenham um papel crucial na



## CÂMARA DOS DEPUTADOS



de acesso à justiça. Eles representam uma importante ferramenta para os cidadãos resolverem seus conflitos de maneira célere, eficaz e sem custos excessivos.

No âmbito dos Juizados Especiais, a ênfase recai na busca por uma solução amigável entre as partes envolvidas no litígio. O objetivo primordial é a conciliação, onde mediadores facilitam o diálogo entre as partes, auxiliando na construção de acordos que atendam aos interesses dos envolvidos na lide.

Somente na ausência de um consenso entre as partes é que a questão é submetida à decisão do juiz. Nesse cenário, o magistrado assume a responsabilidade de analisar os fatos apresentados e proferir uma sentença que resolva o impasse de forma justa e equitativa, garantindo assim a efetivação dos direitos e a pacificação social.

Dessa forma, os Juizados Especiais não apenas proporcionam uma alternativa mais acessível e rápida para a resolução de litígios, mas também promovem uma cultura de diálogo e conciliação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Nos Juizados Especiais, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. A revelia ocorre quando o demandado não comparece à audiência de conciliação ou de instrução e julgamento.

Note-se, pois, que os debates giram em torno de direitos disponíveis que podem ser resolvidos por meio de conciliação. No entanto, a imposição dos efeitos da revelia ao réu ausente na sessão de conciliação pode prejudicar os esforços de resolução amigável, especialmente em casos em que a ação é apresentada em uma comarca distante da residência do réu. Isso porque a aplicação automática da revelia pode desencorajar a participação do demandado na busca por um acordo, minando assim a própria essência do processo conciliatório.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse cenário, o projeto em análise é fundamental, porquanto representa uma abordagem alternativa que incentiva a cooperação e a resolução pacífica das disputas de menores valores, sem comprometer a equidade e a eficiência do sistema judiciário.

Portanto, a presente proposta é meritória, pois, ao estabelecer que a revelia não seja decretada quando o réu que não comparecer à audiência de conciliação se fizer representar por advogado com poderes para transigir, fomenta a conciliação e ratifica os princípios orientadores dos Juizados Especiais.

Posto isso, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.161, de 2024.

**Sala da Comissão, em 19 de junho de 2024.**

**Deputada Federal DELEGADA KATARINA**  
**Relatora**

